

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A POLÍCIA MILITAR

Rodrigo Pelegrini Ferrari¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e oportunidades enfrentados pela Polícia Militar no contexto da segurança pública, com ênfase na sua atuação nos municípios. Embora reconheça a crescente participação dos entes municipais nesse campo, o estudo privilegia a análise da Polícia Militar do Estado do Paraná, destacando suas limitações estruturais, especialmente em relação ao efetivo e à integração com outros setores da administração pública. O estudo propõe uma abordagem intersetorial e cooperativa como estratégia para aumentar a eficiência e a legitimidade institucional da corporação. Para ilustrar essa proposta, é analisado um estudo de caso recente da cidade de São Paulo, no qual a articulação entre a Polícia Militar e o poder executivo municipal resultou em melhorias significativas na região da Cracolândia. A metodologia possui abordagem qualitativa e exploratória, construída a partir de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Conclui-se que a atuação isolada da Polícia Militar tende a ser limitada, e que a construção de parcerias institucionais é essencial para a consolidação de uma segurança pública mais eficaz.

Palavras-chave: Segurança pública. Polícia Militar. Municípios. Políticas públicas integradas.

I INTRODUÇÃO

4605

A segurança pública é um dos temas centrais do debate político e social brasileiro, refletindo diretamente na qualidade de vida da população. Tradicionalmente vinculada aos Estados, conforme disposto no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade pela segurança pública vem sendo progressivamente compartilhada com os municípios, que passaram a apresentar investimentos crescentes nessa área.

No entanto, apesar da progressiva participação municipal, principalmente através das Guardas Municipais, a Polícia Militar permanece como protagonista na execução da segurança pública ostensiva e preventiva. Contudo, a corporação enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia, tais como limitações de efetivo, dificuldades de articulação com os demais poderes públicos e carência de integração com políticas sociais. A atuação isolada, muitas vezes, leva a percepção de ineficiência e ao sentimento de insegurança por parte da população.

Diante desse cenário, o presente artigo concentra-se na análise do papel da Polícia Militar, com foco no Estado do Paraná, buscando compreender alguns dos entraves

¹Graduado em Administração.

administrativos, operacionais e institucionais que dificultam sua atuação, e propor caminhos para a construção de uma segurança pública mais eficaz. A partir de um estudo de caso recente ocorrido na cidade de São Paulo — o processo de esvaziamento da região conhecida como Cracolândia —, examina-se como a integração entre a Polícia Militar e o poder executivo municipal pode potencializar os resultados na área da segurança e servir como modelo para outras regiões do país.

Metodologicamente, o estudo possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, a fim de interpretar a atuação da Polícia Militar no contexto municipal.

2 O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Recentemente, se destacou nos debates sobre o tema da segurança pública a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário RE 068588, o qual reconheceu que as Guardas Municipais podem exercer ações de segurança pública, como policiamento preventivo e ostensivo, e buscas pessoais. A decisão ainda abre espaço para validação de provas obtidas pelos agentes municipais durante atuação ostensiva.

Tal decisão do STF levanta a discussão sobre a participação dos municípios na segurança pública, como quais ações o executivo municipal pode desenvolver visando a melhoria em tal área. Ressalta-se também a união de ações a serem desenvolvidas entre o município e as forças de segurança estaduais, especialmente a Polícia Militar.

A Constituição Federal, no Art. 144 prevê que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988, art. 144), entendendo o Estado como uma entidade de governo, e não somente como um ente federativo, abrangendo também os Municípios. Neste sentido, percebe-se que vários municípios têm participado mais ativamente da construção de políticas de segurança pública através de investimentos e, especialmente, pela constituição de Guardas Municipais.

No Estado do Paraná, as instituições vinculados à administração pública estadual que exercem atividades de segurança pública são as polícias Militar, Civil e Penal, as quais realizam o policiamento preventivo, atendimento de ocorrências, investigações, custódia, entre outras ações.

Embora o Estado atualmente apresente bons resultados na área da segurança pública, ainda existem várias dificuldades e muito a ser melhorado, tendo em vista que suas instituições

realizam seus atendimentos nos municípios, porém, respondem administrativamente ao Governo do Estado.

Em virtude dessa forma de organização, e, em se tratando de ações tomadas de forma macro no Estado, por vezes, as forças de segurança enfrentam dificuldades na prestação de serviços à população, devido a deficiências estruturais, limitação de efetivo e alta demanda. Tais problemas administrativos podem culminar em um descrédito das polícias junto à população e a administração municipal.

Para uma melhor compreensão do tema, é necessário entender que eventuais resultados insatisfatórios da segurança pública são sentidos diretamente pela população nos municípios e que, embora essa responsabilidade esteja vinculada à administração estadual, quem enfrenta as consequências desses reveses é, na prática, a gestão municipal.

Diante desse contexto, o presente estudo tem por finalidade apresentar discussões com o foco na atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná, de forma a compreender os problemas acima citados e propor ações conjuntas que contribuam para a melhoria da eficiência institucional, e, consequentemente, uma maior sensação de segurança por parte da população.

2.1 OS DESAFIOS PARA A POLÍCIA MILITAR

4607

A Polícia Militar do Estado do Paraná, embora seja uma instituição muito respeitada, com 170 anos de história e que está presente nos 399 municípios do Estado, conforme elencado anteriormente, apresenta desafios administrativos a serem superados na busca de apresentar melhores resultados para a população paranaense.

A própria Polícia Militar do Paraná (2025) em seu plano estratégico reconhece algumas de suas deficiências como a busca pela melhoria na eficiência e eficácia das atividades, modernização da estrutura organizacional, alcançar a independência financeira e a complementação e ampliação do efetivo. Tais fragilidades impactam diretamente a articulação com os demais poderes da administração pública e comprometem a confiança da população nas instituições de segurança.

Além dos problemas já mencionados, observa-se a ausência de um elo institucional eficaz entre a Polícia Militar e os demais poderes da administração pública. Essa articulação, idealmente conduzida pelos comandantes militares - sejam eles de batalhões ou destacamentos -, muitas vezes deixa de ocorrer devido a fatores subjetivos, como posicionamentos ideológicos ou diferentes estilos de gestão. Por envolver variáveis pessoais e contextuais, trata-se de uma situação de difícil mensuração, o que torna mais complexa sua análise e enfrentamento.

Estando a segurança pública intrinsecamente ligada ao cotidiano urbano, torna-se indispensável sua integração com as demais áreas que compõem a administração pública.

Ocorre, porém, que as cidades são comparáveis a um mecanismo, onde todas suas áreas de atuação estão interligadas. Segundo Kaufmann (2006), deve-se compreender a administração pública como um sistema integrado, nos quais seus segmentos estão interligados e dependentes entre si, para que se atinjam seus objetivos e possam atender as demandas da sociedade.

Essa visão sistêmica indica que as áreas da administração pública não operam isoladamente, mas sim de forma conjunta e interativa, na qual uma ação realizada em uma área reverbera em outra.

Tal abordagem também se aplica à área da segurança pública, onde medidas tomadas em outros âmbitos podem influir de forma positiva ou negativa na segurança da cidade, como por exemplo a melhora na iluminação, limpeza, sinalização de trânsito.

Dessa forma, apresenta-se um primeiro grande desafio para a Polícia Militar, que é compreender essa dinâmica e buscar interação entre os poderes a fim de propor soluções integradas para os problemas presentes.

Observa-se que ações tomadas de forma isolada, muitas vezes, não surtem o efeito desejado, gerando retrabalho ou transmitindo a impressão para a população de que nada é feito 4608 e para os envolvidos a sensação de “enxugar gelo”.

Para exemplificar, pode-se citar situações de tráfico de drogas, onde pequenos traficantes são presos e outros logo assumem as funções; tal problema pode ser ocasionado por falhas na desarticulação da rede de tráfico - que poderia inibir as ações de fornecimento de entorpecentes para os pequenos traficantes -, mas também pode se acarretado por situações relacionadas ao ambiente onde o tráfico de drogas ocorre, como locais ermos, mal iluminados, sem pavimentação, o que dificulta ações policiais.

O segundo grande problema que se apresenta é a dificuldade relacionada ao quadro de pessoal disponível na Polícia Militar. Muito embora a Polícia Militar esteja nos 399 municípios do Estado, muitas vezes o policiamento não ocorre em tempo integral, ou ainda, em efetivo insuficiente para atender as demandas necessárias, resultando em demora no atendimento de ocorrências.

A reposição de efetivo é uma questão recorrente da instituição Polícia Militar, considerando que sua resolução esbarra em inúmeras adversidades, como questões relacionadas ao trâmite para contratação de pessoal, impactos na folha de pagamento e tempo para formação dos agentes.

Dante deste impasse na resolução do problema de baixo efetivo policial, que não condiz com as demandas locais, muitas prefeituras optam pela criação e aperfeiçoamento das Guardas Municipais. Hoje no Estado do Paraná, segundo dados do CONGECEP (2024) existem 38 municípios com Guardas Municipais constituídas, contando com um efetivo total de 4.514 agentes.

As Guardas Municipais, em grande parte dos municípios, têm contribuído significativamente para o fortalecimento da segurança pública local, atuando de maneira repressiva no enfrentamento à criminalidade e obtendo resultados expressivos.

A relevância dessa força é evidenciada pela sua evolução estrutural, com a formação de grupos especializados, tais como grupos táticos, patrulha Maria da Penha, patrulha rural e serviços de inteligência. Em diversos casos, as Guardas Municipais dispõem de infraestrutura e recursos técnicos superiores aos disponíveis para a Polícia Militar.

O crescimento das Guardas Municipais tem sido de grande valia no combate à criminalidade. Entretanto, a atuação em uma mesma área pode gerar uma disputa por protagonismo e reconhecimento entre as forças.

Nessa disputa institucional, a Polícia Militar tende a perder espaço, uma vez que certas decisões ocorrem no âmbito estadual, enquanto as Guardas Municipais respondem diretamente ao executivo municipal, sendo possível responder mais rapidamente às demandas necessárias e consequentemente atender com maior eficiência aos anseios da população.

4609

Diante das limitações enfrentadas pela Polícia Militar, torna-se necessário repensar a forma de execução da segurança pública. A atuação isolada revela-se insuficiente para lidar com a complexidade dos desafios atuais, o que exige a busca por alternativas.

Nesse sentido, é fundamental considerar estratégias que promovam a cooperação entre Polícia Militar e a administração pública, abrindo caminho para soluções mais integradas e eficazes, de forma a obter os resultados desejados, entregando à população uma segurança pública de qualidade.

2.2 OPORTUNIDADES

Alguns municípios já compreenderam que a atuação exclusiva do Estado na área da segurança pública não é suficiente para atender plenamente às múltiplas demandas da sociedade.

Com base neste entendimento, os municípios têm ampliado o investimento nesta área, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública:

Os municípios, por sua vez, têm ampliado anualmente as despesas com segurança pública em proporção muito superior ao verificado nos estados e na União. Entre 2011 e 2023 o crescimento foi de 89,65%, ainda que não contem com recursos específicos para a área. Estes valores têm sido utilizados para o financiamento de guardas municipais, para apoiar as polícias estaduais e para o desenvolvimento de projetos de prevenção (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024, p. 283.)

O crescimento do investimento por parte dos municípios se manteve no ano de 2023, tendo a administração municipal investido proporcionalmente mais que a União e os Estados:

O Brasil gastou R\$137,9 bilhões na função segurança pública em 2023, crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Os estados e DF declararam um total de gastos de R\$110,4 bilhões, crescimento de 3,6% em relação ao período de 2022, os municípios gastaram R\$10,9 bilhões, variação de 13,2% em relação ao ano anterior, e a União declarou um total de gastos de R\$16,4 bi, crescimento de 8,7% em relação ao volume de gastos do ano anterior. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024, p. 283.)

Porém, embora muito importantes, esses investimentos de forma isolada possuem uma capacidade limitada na diminuição dos crimes e consequentemente melhora na sensação de segurança da população.

Grande parte dos investimentos municipais em segurança pública tem sido direcionada à instalação de câmeras de vigilância. No entanto, esses sistemas muitas vezes são operados por profissionais sem a devida qualificação ou funcionam de forma isolada, sem integração com as forças policiais, o que compromete a eficácia do investimento e limita seu potencial preventivo e investigativo.

O caso citado das câmeras de segurança serve para demonstrar que o investimento realizado de forma isolada, acaba por não apresentar o retorno esperado.

A exemplo disso, pode-se citar o investimento em iluminação pública, que embora seja de responsabilidade direta de outro setor da administração pública, exerce influência significativa na área da segurança. Estudos demonstram que a melhoria da iluminação pode contribuir diretamente para a redução dos índices de criminalidade, inclusive de homicídios, como evidenciado por Arvate et al. (2018):

Os resultados obtidos para homicídios por local de ocorrência indicam que a expansão da eletrificação reduz as taxas de homicídio em vias ou ruas públicas. Esse resultado é corroborado pela literatura existente, segundo a qual um dos usos básicos da energia elétrica — a iluminação — pode ajudar a dissuadir esse tipo de violência. A iluminação tem um efeito preventivo porque aumenta o custo para os agressores, facilitando, por exemplo, sua identificação. (tradução nossa) (p. 14)

Serviços na área da infraestrutura costumam influenciar diretamente na segurança local, além da questão de iluminação anteriormente citada, destaca-se, como medida complementar, ações voltadas à manutenção da limpeza de ruas e, sobretudo, de terrenos baldios, dificultando que esses locais sejam utilizados para encobrir atividades criminosas.

Outro exemplo relevante são as obras de pavimentação asfáltica, que desempenham um papel fundamental na melhoria da segurança pública, pois ampliam a mobilidade das viaturas e facilitam o deslocamento das forças de segurança. Com vias em melhores condições, torna-se possível aumentar a presença policial em regiões antes de difícil acesso, o que fortalece o patrulhamento preventivo e garante uma resposta mais rápida às ocorrências.

Mais uma atribuição do departamento de infraestrutura dá-se com relação ao trânsito através da regulamentação adequada da mobilidade urbana, com ênfase na sinalização viária.

A implementação de sistemas de sinalização viária eficientes, aliada à adequada organização das vias públicas, é essencial para a mitigação da ocorrência de acidentes de trânsito, contribuindo diretamente para a segurança pública. Isso porque a segurança transcende a esfera criminal, concentrando-se primordialmente na preservação da vida e na prevenção de danos à integridade física dos cidadãos.

Além das ações voltadas à infraestrutura, a atuação conjunta entre a administração pública e os órgãos de segurança também se estende a outras frentes estratégicas de prevenção à criminalidade. Uma dessas frentes diz respeito à fiscalização de estabelecimentos, que pela sua natureza, podem se tornar focos de instabilidade social e criminalidade, como bares e tabacarias.

4611

Estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e promovem aglomeração de pessoas frequentemente apresentam correlação com a incidência de crimes, incluindo tráfico de drogas e delitos contra a vida, como homicídios e lesões corporais.

Dessa forma, o município pode atuar na inspeção de alvarás, documentação e condições estruturais desses locais, visando à regularização de inconformidades ou, quando necessário, à interdição dos estabelecimentos. Essas ações administrativas podem ser desencadeadas pela Polícia Militar como parte de estratégias preventivas ou como resposta a episódios criminais recorrentes.

No âmbito das ações municipais de prevenção criminal, diversas cidades adotam projetos de restrição à venda de bebidas alcoólicas, popularmente conhecidos como “lei seca”. Essas medidas têm apresentado resultados significativos na redução da criminalidade.

A eficácia dessas políticas reforça o papel da administração pública na prevenção e controle dos fatores que contribuem para a ocorrência de crimes, conforme demonstrado no estudo de Kopittke e Ramos (2021):

No início dos anos 2000, diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo estabeleceram restrição de horário de venda de bebida alcoólica à noite. A revisão sistemática localizou 5 estudos de avaliação de impacto sobre essa experiência[...] os

quais concluíram que a restrição provocou uma redução de 10% a 20% no número de homicídios, sendo que os autores destacaram que, além da aprovação da lei, a efetividade da fiscalização foi fator fundamental para o resultado. (p. 426)

Esses resultados demonstram como políticas públicas bem planejadas podem gerar impactos significativos na redução da violência. Essa lógica de integração entre diferentes setores também se aplica à área da saúde, que, assim como a segurança revela-se fundamental na construção de ambientes urbanos mais seguros, sustentando ações preventivas e respostas mais qualificadas às demandas sociais.

Nesse contexto, a saúde pública desempenha papel fundamental na política antidrogas, já que o problema, embora impacte a segurança, é essencialmente de saúde. Nesse sentido, a Polícia Militar pode atuar em parceria com as secretarias de saúde e assistência social para facilitar o internamento e o tratamento dessas pessoas, promovendo uma abordagem integrada e mais eficaz.

A atuação conjunta entre a Polícia Militar e os setores de saúde e assistência social vai além da política antidrogas, estendendo-se também a situações envolvendo pessoas em estado de vulnerabilidade, alcoólatras e indivíduos com transtornos mentais.

Esses casos, por vezes, podem gerar ocorrências de natureza criminal, evidenciando a importância da articulação entre as diversas áreas da administração pública e a Polícia Militar a fim de entregar uma resposta adequada e humanizada. 4612

Os exemplos apresentados demonstram que a articulação entre diferentes áreas — como saúde, assistência social, infraestrutura e fiscalização — permite a formulação de soluções mais eficazes e o uso mais racional dos recursos disponíveis.

A partir desta análise é possível compreender que a melhoria da segurança pública não depende apenas das ações isoladas da Polícia Militar, mas da capacidade da instituição em reconhecer a complexidade do problema e atuar de forma integrada com outros setores da administração pública.

Considerando o que foi exposto, cabe aos gestores da Polícia Militar não apenas reconhecer a importância da atuação intersetorial, mas também assumir uma postura proativa na articulação com os gestores municipais.

É fundamental promover o diálogo institucional como instrumento para fortalecer a cooperação entre diferentes áreas da administração pública, viabilizando a construção de estratégias integradas e mais eficazes na prevenção e no enfrentamento dos problemas que afetam a segurança das comunidades.

2.3 ESTUDO DE CASO: CRACOLÂNDIA

Em meados do corrente ano ganharam destaque nas manchetes as ações conjuntas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo e do Governo do Estado, especialmente em parceria com a Polícia Militar que promoveram o esvaziamento da região conhecida popularmente por “Cracolândia”.

Considerando o êxito dessa operação, o presente estudo tem como objetivo analisar esse caso de sucesso, enfocando as estratégias e resultados das ações realizadas em conjunto entre o município e a Polícia Militar.

As ações foram estruturadas em duas vertentes principais: a primeira relacionada ao serviço de repressão desenvolvido pelas forças policiais; e a segunda, voltada ao apoio assistencial, oferecido pelo governo municipal.

A atuação policial baseou-se na premissa de que os usuários se concentram onde há oferta de drogas, ou seja, onde atuam os traficantes. Dessa forma, a polícia intensificou a repressão ao delito por meio do reforço do policiamento na área. Esse reforço incluiu o aumento do efetivo policial e a utilização de cães farejadores para aprimorar a fiscalização.

A intensificação da atuação policial na região resultou em um aumento significativo nas prisões por tráfico, na apreensão de entorpecentes e na captura de indivíduos foragidos ou com mandados de prisão em aberto. Consequentemente, houve uma redução nos crimes patrimoniais, como furtos e roubos.

4613

Em decorrência da intensificação da repressão policial e do consequente aumento da probabilidade de detenção, os traficantes cessaram suas atividades na área, reduzindo significativamente a oferta de entorpecentes. Dessa maneira, os usuários que ali se encontravam deixaram de ter acesso às drogas e saíram do estágio de dependência constante passando a entrar no estado de abstinência ou a terem consciência da situação em que se encontravam e que precisavam de ajuda.

A partir desse momento, iniciou-se a atuação da Prefeitura Municipal, fornecendo serviços na área da saúde, assistência social e reinserção profissional.

As primeiras iniciativas implementadas concentraram-se nas áreas da saúde e da assistência social, com a oferta de internação em centros especializados no tratamento da dependência química, atendimento médico-hospitalar para casos mais graves e suporte assistencial voltado à reintegração familiar, destinado aos usuários que manifestaram o desejo de retornar ao convívio com seus parentes.

Para garantir a efetividade dos serviços prestados, a Prefeitura realizou investimentos significativos nos centros de atendimento, com a ampliação do número de leitos, a melhoria da infraestrutura física e o reforço do quadro de profissionais responsáveis pelo acolhimento e tratamento.

Além disso, centros de reabilitação localizados em bairros adjacentes também foram contemplados com recursos, com o objetivo de absorver a demanda dos dependentes que se dispersaram da região central e passaram a buscar atendimento em outras localidades.

Segundo o vice-prefeito de São Paulo, Mello Araújo (2025) com os investimentos os centros de internação passaram a incluir atividades físicas e oficinas de trabalho nos serviços oferecidos, além de atuarem em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho, e passaram a oferecer vagas de emprego para os dependentes que estão em tratamento ou que já concluíram este.

Ainda segundo o Mello Araújo (2025) nas primeiras semanas de trabalho o número de usuários na região passaram de mais de 200 pessoas durante o dia para cerca de 50 pessoas em média, e que devido às ações de repressão ao tráfico de drogas e, por consequência, a falta de acesso a elas, muitos usuários acabam procurando voluntariamente as equipes da prefeitura para realizarem o internamento nos centros terapêuticos.

4614

De acordo com o vice-governador Felicio Ramuth (2025) foram cerca de 1,2 mil dependentes químicos internados naquele período, e que de janeiro a abril do corrente ano foram registrados 9.947 encaminhamentos, um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

Embora não se possa afirmar que a estratégia adotada seja capaz de erradicar completamente a problemática dos dependentes químicos em situação de rua, os resultados observados até o momento evidenciam que o enfrentamento pautado na cooperação entre a Polícia Militar e o Poder Executivo Municipal constitui o método mais eficaz na mitigação dos impactos sociais e na promoção de ações integradas de segurança e assistência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança pública nos municípios brasileiros, embora seja constitucionalmente atribuição dos Estados, está intrinsecamente vinculada à atuação das administrações municipais, que lidam diretamente com os efeitos da criminalidade em suas comunidades.

O fortalecimento da cooperação entre a Polícia Militar e o poder executivo municipal, combinado com investimentos integrados e coordenados em infraestrutura urbana, saúde

pública e assistência social, configura-se como uma estratégia eficiente para a melhoria dos indicadores de segurança.

O caso da cidade de São Paulo demonstra que a sinergia entre ações repressivas e políticas de acolhimento social pode gerar resultados significativos na mitigação da violência e na promoção da reinserção social dos indivíduos vulneráveis.

Dessa forma, a construção de uma governança compartilhada entre a Polícia Militar e a administração municipal configura-se como o modelo mais eficaz e sustentável para o enfrentamento dos desafios da segurança pública local.

Essa parceria possibilita a articulação entre forças de segurança e políticas públicas municipais, integrando ações repressivas com iniciativas de saúde, assistência social e infraestrutura.

Ao combinar a presença ostensiva e a experiência operacional da Polícia Militar com a agilidade e o conhecimento das demandas locais da gestão municipal, cria-se uma sinergia capaz de promover não apenas a redução da criminalidade, mas também a sensação de segurança da população.

Diante do exposto, conclui-se que o caminho mais promissor para a consolidação de uma política de segurança pública eficiente passa pela institucionalização da cooperação entre Estados e Municípios. 4615

Ao reconhecer a natureza multidimensional da segurança e integrar esforços entre diferentes áreas da administração pública, cria-se um modelo capaz de reduzir a criminalidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida à população.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163afo/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ARAVATE, Paulo R. et al. Iluminação pública e segurança: evidências sobre o impacto da eletrificação na redução de homicídios. São Paulo: FGV, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/6abde6d2-9602-4873-85b5-a69c0981fe37/content>. Acesso em 30 jun. 2025.

ARAÚJO, Ricardo Mello. Vice-prefeito de São Paulo detalha ações na Cracolândia. Revista Oeste, 15 maio 2025. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/vice-prefeito-de-sao-paulo-detalha-acoes-na-cracolandia/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONGECEP. Dados estatísticos das Guardas Municipais. Brasília: Conselho Nacional das Guardas Municipais, 2024.

KAUFMANN, Franz. Gestão Pública e Governança Local. Curitiba: Juruá, 2006.

KOPITTKE, Luciana; RAMOS, Silvia. Mapeamento e avaliação de políticas públicas de segurança. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Avaliação de políticas públicas em segurança. Brasília: MJ, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83356/79107>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAFRA, Erich Thomas. Combate ao crime, internações e parceria Tarcísio-Nunes: o que explica o fim da Cracolândia. Gazeta do Povo, 23 maio 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/combate-crime-internacoes-parceria-tarcisio-nunes-o-que-explica-fim-da-cracolandia/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Plano Estratégico Institucional 2025. Curitiba: PMPR, 2025.